

d) Documento comprovativo de ter cumprido as obrigações da Lei do Serviço Militar (quando aplicável);

e) Fotocópia dos documentos comprovativos dos graus académicos exigidos em que constem as classificações finais;

f) Documentos comprovativos de estarem nas condições exigidas pelos n.ºs 2 e 3 do presente edital;

g) Três exemplares do *curriculum vitae* detalhado, devidamente datado e assinado, e três exemplares de quaisquer documentos que provem as habilitações científicas e as publicações e documentos que facilitem a formação de um juízo sobre as aptidões dos candidatos para o exercício do cargo a concurso.

8 — É dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas b), c) e d) do n.º 7 aos candidatos que declarem nos respectivos requerimentos, sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente ao conteúdo de cada uma daquelas alíneas.

9 — Critérios de selecção e ordenação dos candidatos — nos termos do artigo 16.º do mesmo diploma e para o cálculo e classificação final de cada candidato é aplicada uma das seguintes fórmulas: Com entrevista:

$$0,2 \times M + 0,3 \times CCT + 0,3 \times CP + 0,2 \times E$$

Sem entrevista:

$$0,3 \times M + 0,3 \times CCT + 0,4 \times CP$$

9.1 — Cada um dos factores constantes da fórmula é classificado na escala de 0 a 20, em que:

M — Mestrado, onde serão considerados os seguintes factores:

Área e adequação do mestrado;
Classificação obtida;

CCT — Currículo científico e ou técnico, onde serão considerados os seguintes factores:

Publicações na área do planeamento turístico;
Coordenação e ou participação em estudos e projectos nos domínios do turismo, património e cultura;
Coordenação e ou participação em intervenções nos âmbitos do planeamento, ordenamento do território e desenvolvimento regional e local;

Coordenação e ou participação em estudos de avaliação de políticas e programas públicos de âmbito territorial;

CP — Currículo pedagógico, onde será considerada a experiência pedagógica no ensino superior, nas áreas de Geografia e Planeamento Turístico;

E — A entrevista, caso seja considerada necessária pelo júri, servirá para aferição da relevância do currículo do candidato para a área em que é aberto concurso.

10 — Da decisão do júri não cabe recurso, salvo se arguida de vício de forma, nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

11 — A apresentação das candidaturas pode ser feita pessoalmente ou por correio, através de carta registada com aviso de recepção, para o endereço indicado no n.º 6 do presente edital.

12 — O não cumprimento do estipulado no presente edital ou a entrega dos documentos fora do prazo implica a eliminação dos candidatos.

13 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

14 — O júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Mestre Eunice Rute Gonçalves, professora-adjunta e presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.

Vogais efectivos:

Mestre Maria da Graça Luís da Conceição Joaquim, professora-adjunta da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.

Mestre António José Costa Alves Gonçalves, professor-adjunto da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.

Vogais suplentes:

Mestre Maria Raquel Gomes Moreira, professora-adjunta da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.

Mestre Rita Maria Carneiro Anselmo de Almeida, professora-adjunta e vice-presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.

26 de Julho de 2006. — A Presidente, *Eunice Rute Gonçalves*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Instituto Português de Museus

Despacho (extracto) n.º 16 371/2006

Por meu despacho de 11 de Julho de 2006, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura, procede-se à reclassificação da funcionária Maria do Carmo Nunes Cleto, técnica de informática, grau 2, nível 1, da carreira de técnico de informática do quadro de pessoal do Instituto Português de Museus, posicionada no escalão 1, índice 470, para a categoria de especialista de informática grau 1, nível 2, da carreira de especialista de informática, escalão 1, índice 480, do mesmo quadro de pessoal.

28 de Julho de 2006. — O Director, *Manuel de Lemos Bairrão Oleiro*.

Despacho (extracto) n.º 16 372/2006

Por despacho de 3 de Julho de 2006 do director do Instituto Português de Museus, foi Maria Manuela Barreto de Carvalho Amaro Gallego, conservadora principal, da carreira de conservador, do quadro de pessoal do Museu Nacional de Arte Antiga, nomeada definitivamente, precedendo concurso, conservadora assessora da mesma carreira e quadro de pessoal.

28 de Julho de 2006. — O Director, *Manuel de Lemos Bairrão Oleiro*.

Despacho (extracto) n.º 16 373/2006

Por despacho de 3 de Julho de 2006 do director do Instituto Português de Museus, foi Maria Helena Rebelo Ervedoso de Pinho Fidalgo, técnica superior principal, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal do Museu Nacional de Arte Antiga, nomeada definitivamente, precedendo concurso, assessora da mesma carreira e quadro de pessoal.

28 de Julho de 2006. — O Director, *Manuel de Lemos Bairrão Oleiro*.

Despacho (extracto) n.º 16 374/2006

Por despacho de 12 de Julho de 2006 do director do Instituto Português de Museus, foram Isabel Cecília Madruga António, Lúcia do Rosário Valente Morgado e Frederico José Mimos Quintães, assistentes administrativos principais, da carreira de assistente administrativo, nomeados definitivamente, precedendo concurso, no quadro de pessoal do Instituto Português de Museus, assistentes administrativos especialistas, da mesma carreira.

28 de Julho de 2006. — O Director, *Manuel de Lemos Bairrão Oleiro*.

Instituto Português do Património Arquitectónico

Despacho (extracto) n.º 16 375/2006

Por despacho de 6 de Junho de 2006 do vice-presidente deste Instituto, por delegação, foi Carlos Alberto da Costa Henriques Barradas, técnico superior de 2.ª classe da carreira de engenheiro electrotécnico do quadro de pessoal da Direcção Regional de Castelo Branco deste Instituto, nomeado, por transferência, para lugar de idênticas categoria e carreira do quadro de pessoal da Direcção Regional de Coimbra, com efeitos a 1 de Outubro de 2006.

3 de Julho de 2006. — O Director do Departamento Financeiro e de Administração, *Luís Filipe Coelho*.

Despacho (extracto) n.º 16 376/2006

Por despacho de 12 de Junho de 2006 da Ministra da Cultura, foi prorrogado o destacamento, por mais um ano, a Filipe Nuno Borges Mascarenhas Serra e Cristina de Jesus Pires Palminha Gonçalves, assessor da carreira técnica superior e assistente administrativa especialista do quadro de pessoal dos Serviços Centrais deste Instituto, para exercerem funções no V Centenário do Nascimento de São Francisco Xavier, com efeitos a partir de 9 e 23 de Agosto de 2006, respectivamente.

4 de Julho de 2006. — O Director, *Luís Filipe Coelho*.

Despacho (extracto) n.º 16 377/2006

Por despacho de 30 de Junho de 2006 do presidente deste Instituto, foi nomeada, em regime de substituição, chefe da Divisão de Obras, Conservação e Restauro da Direcção Regional de Lisboa Cristina

Alexandra Mártires de Castro Lopo, assessora principal da carreira de engenheiro civil, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, com efeitos a 1 de Julho de 2006.

12 de Julho de 2006. — O Director do Departamento Financeiro e de Administração, *Luís Filipe Coelho*.

Nota curricular

1 — Nome — Cristina Alexandra dos Mártires de Castro Lopo. 50 anos.

2 — Formação académica — licenciada em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

3 — Cargos desempenhados:

3.1 — Profissão liberal:

1977-1978 — colaboradora do atelier do Prof. Engenheiro Manuel da Costa Lobo.

1978-1979 — colaboradora da PROFABRIL.

1979-1987 — colaboradora do Gabinete de Estudos e Projectos do Arquitecto João Cardoso Dias.

1980-1992 — sócia-gerente e colaboradora da REGIURBE, Centro de Projectos, L.^{da}

3.2 — Função pública:

1980-1982 — engenheira civil de 2.ª classe do quadro da Direcção-Geral do Saneamento Básico.

1980-1984 — equiparada a assistente, em regime de acumulação de serviço, na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa.

1982-1986 — engenheira civil de 2.ª classe do quadro da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

1987-1991 — engenheira civil de 1.ª classe do quadro da Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

1991-1996 — engenheira civil principal do quadro da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

1996-1999 — engenheira civil assessora do quadro da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

2000-2006 — engenheira civil assessora principal da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

1997-2006 — chefe de divisão de Recuperação e Conservação da Direcção Regional de Edifícios de Lisboa.

4 — Funções exercidas e principais actividades:

4.1 — Profissão liberal:

Atelier do Professor Manuel Costa Lobo — a actividade exercida referiu-se à execução de planos de urbanização, nomeadamente em Coimbra e Seixal.

PROFABRIL — as funções exercidas nesta empresa foram de execução e coordenação de um trabalho de urbanização multidisciplinar, tendo servido de elemento de ligação entre a PROFABRIL e o Prof. Manuel Costa Lobo, responsável pelo trabalho.

Atelier do arquitecto João Cardoso Dias — execução de projectos de urbanização e engenharia.

Regiurbe, Centro de Projectos, L.^{da} — funções de sócia-gerente ligadas aos aspectos de administração da sociedade e execução de projectos.

4.2 — Função pública:

Direcção-Geral do Saneamento Básico — as funções desempenhadas repartiram-se entre o apoio de engenharia civil aos projectos em curso no Centro Tecnológico, a fiscalização de obras de recuperação de ETAR e a obra e projecto da Estação-Piloto de Lagunagem. Escola Superior de Belas Artes de Lisboa — Faculdade de Arquitectura.

Lecciona a cadeira de Economia da Construção, integrada no *currículum* do 3.º ano do curso de Arquitectura. Durante este período integra grupos de estudo ligados aos aspectos curriculares do curso de Arquitectura e estatutos da Associação dos Arquitectos.

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais — as funções principais são as que se relacionam com a fiscalização e acompanhamento técnico e administrativo de empreitadas e elaboração de projectos.

Fazem também parte das funções as seguintes actividades:

Vistorias;
Elaboração de pareceres e informação;
Lançamento e processos de concurso;
Apreciação de propostas e adjudicação de empreitadas;
Elaboração de autos de medição;
Execução de medições e orçamentos;
Revisão de preços;
Participação em júri de concursos de promoção de pessoal e chefes de divisão.

Desde Março de 1997 — função de chefe de divisão de Recuperação e Conservação, tendo como principais actividades:

Supervisionar e coordenar os projectos;
Acompanhamento técnico e administrativo das empreitadas da Divisão;
Cumprimento do plano de actividades atribuído à Divisão;
Elaboração de processos e realização de concursos.



PARTE E

UNIVERSIDADE ABERTA

Reitoria

Despacho n.º 16 378/2006

Nos termos do disposto no artigo 20.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, no artigo 29.º dos Estatutos da Universidade Aberta, homologados pelo Despacho Normativo n.º 9/2002, de 22 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 38, de 14 de Fevereiro de 2002, no artigo 12.º do Regulamento de Doutoramento da Universidade Aberta, aprovado pelo despacho n.º 50/SEES/93, de 20 de Dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 38, de 15 de Fevereiro de 1994, e nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, delego no presidente do conselho científico da Universidade Aberta, Prof. Doutor João Luís Serrão da Cunha Cardoso, a presidência do júri das provas para a obtenção do grau de doutor requeridas pela mestre Alice Maria Quelhas Lima Donat Trindade.

28 de Julho de 2006. — O Reitor, *Carlos Reis*.

Despacho n.º 16 379/2006

Nos termos do disposto no artigo 20.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, no artigo 29.º dos Estatutos da Universidade Aberta, homologados pelo Despacho Normativo n.º 9/2002, de 22 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 38, de 14 de Fevereiro de 2002, no artigo 12.º do Regulamento de Doutoramento da Universidade Aberta, aprovado pelo despacho n.º 50/SEES/93, de 20 de Dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 38, de 15 de Fevereiro de 1994, e nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, delego no presidente do conselho científico da Universidade Aberta, Prof. Doutor João Luís Serrão da Cunha Cardoso, a presidência do júri das provas para a obtenção do grau de doutor requeridas pelo mestre Raul Roucas Filipe.

28 de Julho de 2006. — O Reitor, *Carlos Reis*.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Despacho n.º 16 380/2006

Por despacho de 14 de Junho de 2006 do vice-reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (*Diário da*